



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

REQUERIMENTO Nº 168, DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2025.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**

**REQUER** que, seja encaminhado expediente com pedido oficial de informações ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com cópia para a Controladoria-Geral da União (CGU), sobre os descontos associativos realizados diretamente nas folhas de pagamento de aposentadorias e pensões no Estado do Piauí, em especial ao município de Porto Alegre do Piauí.

### **R E Q U E R I M E N T O**

**GUSTAVO NEIVA**, Deputado Estadual pelo partido PP, com assento nesta Casa Legislativa **REQUER**, na forma regimental, que depois de ouvir o plenário, seja encaminhado expediente com pedido oficial de informações ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com cópia para a Controladoria-Geral da União (CGU), para que sejam prestados esclarecimentos sobre os descontos associativos realizados diretamente nas folhas de pagamento de aposentadorias e pensões no Estado do Piauí, com especial atenção ao município de Porto Alegre do Piauí, onde foi constatada uma taxa de 61,63% de beneficiários com descontos por entidades associativas.

Requer-se, ainda, de forma expressa, que sejam identificadas todas as entidades associativas que receberam os valores correspondentes a esses descontos no referido município, bem como o respectivo montante transferido a cada uma delas no período compreendido entre janeiro de 2019 e março de 2024.

O presente requerimento tem como fundamento a necessária proteção aos direitos dos aposentados e pensionistas, que podem ter sido vítimas de descontos indevidos e não autorizados, conforme amplamente indicado nos relatórios da CGU e nas investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina. (PI), 29 de abril de 2025.**

  
**Dep. GUSTAVO NEIVA**  
PP



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

## JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo solicitar informações ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com cópia à Controladoria-Geral da União (CGU), acerca dos descontos associativos efetuados diretamente nas folhas de pagamento de aposentadorias e pensões no Estado do Piauí, com ênfase no município de Porto Alegre do Piauí, onde foi identificada uma incidência de 61,63% de beneficiários com tais descontos.

A justificativa para esta solicitação está alicerçada na necessidade de proteção dos direitos dos segurados do INSS, em sua maioria idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que podem ter sido vítimas de práticas abusivas por parte de entidades associativas que, em muitos casos, não apresentam estrutura física ou funcional compatível com a prestação dos serviços alegados.

Relatório da CGU, tornado público recentemente e integrante da Operação Sem Desconto, conduzida em conjunto com a Polícia Federal, revelou fortes indícios de que grande parte dos descontos ocorridos entre 2019 e 2024 foram realizados sem a devida autorização dos beneficiários. A estimativa é de que os prejuízos aos aposentados e pensionistas possam alcançar a cifra de R\$ 6,3 bilhões em todo o território nacional.

No caso específico do município de Porto Alegre do Piauí, os números chamam atenção pela proporção acima da média nacional, o que torna ainda mais urgente e imprescindível a apuração detalhada sobre quais entidades promoveram os descontos, quantos beneficiários foram afetados, qual o montante total envolvido, e sobretudo, se houve autorização expressa e documentada por parte dos segurados.

Como representante do povo piauiense, não posso me omitir diante de uma possível violação sistemática de direitos, sobretudo quando atinge pessoas que tanto contribuíram para o desenvolvimento de nosso estado e que agora dependem de seus proventos previdenciários para garantir dignidade em sua fase mais avançada da vida.

O acesso a essas informações permitirá, além do devido acompanhamento pela Assembleia Legislativa, a eventual articulação com autoridades competentes para adotar providências legais, administrativas ou judiciais que venham a reparar danos sofridos e evitar a repetição dessas práticas ilegítimas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste requerimento, como instrumento de fiscalização, transparência e defesa dos direitos sociais assegurados constitucionalmente.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina. (PI), 29 de abril de 2025.**

  
**Dep. GUSTAVO NEIVA**  
PP

## **ANEXO**

### **ENDEREÇO PARA ENCAMINHAMENTO DE EXPEDIENTE:**

#### **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU):**

EDIFÍCIO DARCY RIBEIRO, LOCALIZADO NO SETOR DE AUTARQUIAS SUL (SAS), QUADRA 01, BLOCO A, EM BRASÍLIA/DF. O CEP 70.070-050.

#### **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS:**

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO F, EDIFÍCIO ANEXO, ALA A, 1º ANDAR, EM BRASÍLIA-DF.